

Análise: Uma política externa à deriva

Trocar nomes seria como o governo reconhecer em público o fracasso de dois anos de sua 'política exterior'; com derrota de Trump, Brasil perdeu sua bússola

Hussein Kalout

17/11/2020, O Estado de S. Paulo

Sem o presidente Donald Trump na Casa Branca, o Brasil ficou sem projeto e sem bússola nas relações internacionais: a política externa do governo Bolsonaro se tornou um corpo insepulto. Um misto de inexperiência com inaptidão lega ao Estado brasileiro um passivo alarmante em várias frentes: sistema multilateral, meio ambiente, direitos humanos, China, América do Sul, União Europeia e, claro, o novo governo de Joe Biden, nos EUA.

O ponto de interrogação que serpenteia na cabeça de militares, de empresários e da sociedade é como consertar a situação em que o Brasil foi lançado. Os otimistas diriam que bastaria substituir os atuais formuladores por profissionais com gabaritada experiência. Os pessimistas insistiriam na tese de que de nada adianta mudar nomes se as linhas da política externa não forem completamente modificadas. Já os ponderados enfatizariam que seria preciso combinar as duas possibilidades.

O que se pode estimar é que, entre o Brasil e o Olavismo, o presidente parece não possuir as necessárias condições de romper com o último. Isto é: afastar a ala ideológica dos afazeres da política exterior seria uma ruptura estrutural que o presidente Jair Bolsonaro não estaria, à priori, disposto a efetuar. Trocar um ou outro formulador de posto, em sua visão, seria como o governo reconhecer em público o fracasso de dois anos de sua “política exterior”.

Nesse sentido, a tendência é de que o curso das coisas siga inalterado! Os sinais são cristalinos. Só não enxerga quem não quer ver. O Brasil não possui uma estratégia de transição de Trump para Biden – até porque o próprio Trump era, no fundo, o grande projeto de política exterior para os formuladores dessa estratégia diplomática.

Dito isso, cabe tecer algumas proposições de olho em minorar a vulnerabilidade brasileira. O novo presidente americano está em posição confortável em relação ao Brasil. Hostilizar o presidente brasileiro não parece compor, por hora, a estratégia política de Biden.

Porém, tampouco o novo presidente abriria os seus salões como “supostamente” Trump fez ao colega brasileiro. A predisposição de Washington para o exercício de uma relação equilibrada com Brasília existe. Porém, isso vai depender de como o governo brasileiro vai endereçar aquilo que interessa a Washington.

O Brasil em si tende a ser pouco relevante no mapa cartesiano da política externa de Biden. O relevante aqui é como impedir a expansão do poderio chinês e, nessa equação, enfim, é que o Brasil entra como variável importante no tabuleiro americano. Quanto menos a China tiver capacidade de fazer alianças estruturais com países que possuem peso gravitacional próprio e capacidade de mobilização diplomática, melhor é para o interesse nacional americano.

Amputar a trajetória de paulatina aproximação entre o Brasil e a China – desde a década de 2000 – não deixaria de ser algo conveniente da perspectiva dos EUA. Um desencaixe sino-brasileiro nessa

preferencial relação econômico-comercial abriria um vácuo que pode beneficiar as empresas e os interesses econômicos americanos.

Nesse bojo é que entra o tema da rede 5G. O Brasil possui uma carta importante, mas é preciso saber como administrá-la. Se a demanda dos EUA for atendida, o governo Bolsonaro poderá ganhar uma ou outra concessão periférica – mas, nada que venha a elevar o poder do Brasil no compasso regional ou internacional. Ao governo Biden não interessaria a projeção do Brasil e, em particular, do Presidente Bolsonaro, contexto em que um tema como a OCDE poderá entrar em hibernação.

Se o Brasil mantiver o 5G paralisado, não desagradaria aos EUA. Contudo, ao Brasil nada será auferido por Washington e logo o país estará num compasso perfeito de paralisia geopolítica – sem EUA e China. Porém, se a opção for de permitir a participação da China, daí é bom o Brasil se preparar para retomar o corolário tradicional de sua doutrina de política exterior – racionalidade, realismo e pragmatismo – para organizar a sua linha de defesa no tabuleiro. Isso significa, que o Brasil precisa diminuir as suas vulnerabilidades externas que atendem pelas denominações de: meio ambiente e ingresso de capital.

Meio ambiente e atração de investimentos estão cada vez mais entrelaçados. País que desmata e que não preserva os seus biomas, tem poucas chances de receber investimentos qualitativos. Além disso, o ingresso de capital depende, também, da estabilidade do governo e da racionalidade de suas políticas públicas. Aqui a correção de rumo é vital.

Nos EUA a chave girou. Sob a nova administração, Washington buscará avocar para si a ascendência sobre agenda ambiental internacional. Mudanças climáticas e proteção da biodiversidade passariam a ser um instrumento de poder real nas relações internacionais e componente vital na política externa da Casa Branca. Os EUA estão mais do que cientes da importância estratégica dessa matéria e sobretudo da possibilidade da utilização desse recurso como instrumento de pressão contra as potências médias, China e Rússia, e claro como fundamento disciplinador da ordem internacional.

Por isso, o Brasil mais que qualquer outro país tende a ser observado a partir de dupla perspectiva: vilão ambiental e obstáculo ao projeto dos países que querem liderar a agenda do desenvolvimento sustentável e da bioeconomia no mundo – o Brasil teria, em tese, os requisitos necessários para se projetar como contendor dessa agenda global se projeto para tal tivesse.

Por fim, o Brasil vai precisar saber administrar as suas frustrações regionais. O governo Biden deve retomar o processo de reatamento do diálogo diplomático com Cuba. Subsequentemente, uma abordagem racional e pragmática com a Venezuela não seria algo a descartar. Resta saber, contudo, o que será de Juan Guaidó e da aposta brasileira. O Brasil pode se isolar ainda mais em sua própria esfera de poder se não encontrar o ponto de equilíbrio para o diálogo com Washington.

Se a ideologia seguir comandando as decisões do governo Bolsonaro em matéria de política exterior, o Brasil estará sem parceiros, sem agenda e totalmente isolado nos espectros latino-americano, hemisférico e global.

** HUSSEIN KALOUT, 44, é Cientista Político, Professor de Relações Internacionais e Pesquisador da Universidade Harvard. Foi Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2016-2018). Escreve semanalmente, às segundas-feiras.*

Esse artigo foi publicado originalmente em:

<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,analise-uma-politica-externa-a-deriva,70003516579>.